

A SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS FRIGORÍFICOS

Alcides Pontes Remijo*

Ricardo Lara**

Resumo

Ao analisar a formação econômica dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, nota-se que os agentes econômicos dominantes, primeiramente, representavam o grande latifúndio, contudo estes agentes “nacionais” sempre estavam sob uma heteronímia ao capital estrangeiro hegemônico, primeiro o europeu e posteriormente o estadunidense e nipônico. Na formação econômica do Brasil as elites eram constituídas, sobretudo, pelas oligarquias, mas na atualidade modificaram e agora se expressam como agentes financeiros dos bancos e do capital especulativo, sob controle de grandes empresas transnacionais, ou conectados intimamente a elas. Dessa ligação entre as elites agrárias (e comercial) e o capital monopolista, no Brasil, originou o agronegócio. O processo de concentração e centralização do capital deu-se através da opressão e superexploração do trabalho. Dessa particularidade surge nosso objeto de estudo, ou seja, as doenças do trabalho, questão imanente a lógica do capitalismo, em que tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora tomam consciência dessa contradição e buscam aos seus modos respostas. Os gestores do capital asseveram que os trabalhadores adoecerem devido ao descuido e falta de destreza, ou a produção necessita de “ajuste” ergonômico. Nossa pesquisa busca interpretar, sob a luz da crítica da economia política, as doenças dos trabalhadores dos frigoríficos, tendo como recorte a superexploração do trabalho na realidade brasileira.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; superexploração do trabalho; agronegócio.

Introdução

A pesquisa que apresentaremos tem o objetivo de demonstrar o processo de superexploração da classe operária nos frigoríficos. A modalidade de superexploração típica do capitalismo dependente tem como meta sustentar o atual estágio da acumulação capitalista, e tal ramo da produção é espaço privilegiado de formação de valor, portanto, passível de extração de mais-valia.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: alcidesremijio@yahoo.com.br

** Orientador. Professor Adjunto II da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: ricbrotas@ig.com.

O atual ciclo de acumulação capitalista é sustentado na exploração da classe trabalhadora e resulta em inúmeras formas de doenças relacionadas ao trabalho, como LER/DORT², doenças que atingem diretamente a capacidade física do trabalhador – seus membros. Além de outras doenças que afetam a saúde mental, dentre as mais expressivas é o *stress*, situação em que a classe trabalhadora está submetida pelos novos modelos de controle da força de trabalho.

Analisando a formação econômica dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, notamos que os agentes econômicos dominantes sempre estavam sob uma heteronímia ao capital estrangeiro hegemônico, primeiro europeu e posteriormente estadunidense e nipônico. Na formação econômica do Brasil as elites eram constituídas, sobretudo, pelas oligarquias, mas na atualidade modificaram e se expressam como agentes financeiros dos bancos e do capital especulativo, sob a parceria de grandes empresas transnacionais, ou conectada intimamente a elas. Essa ligação entre as elites agrárias (e comercial), e o capital monopolista, no Brasil, podemos nomeá-la de agronegócio.

Esse salto qualitativo, de uma produção estritamente agrária para a industrialização, demonstra a maturação da produção em moldes propriamente capitalista e monopolista. Contudo, estas transformações foram através de uma maior exploração, aviltamento, sacrifício, ou seja, as mais diversas formas desumanas de trabalho. Um dos motivos que levam essa superexploração é a subserviência dos países periféricos ao capital dominante, e a especificidade de dominação burguesa na periferia.

As doenças do trabalho são contradições imanentes à lógica do capital, deste modo, tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora tomam consciência dessa contradição e buscam aos seus modos responder essa contradição. Assim, os gestores do capital asseveram que o problema dos trabalhadores adoecerem é devido ao descuido e falta de destreza do trabalhador, ou a produção necessita de *apenas ajustes* ergonômicos para não prejudicar os trabalhadores.

Para contrapor anteticamente essa apologia direta ao capital, é preciso recorrer à crítica da economia política, cujo centro dessa contraposição é a lei do valor-trabalho. Da produção teórica brasileira que respaldou suas análises nesse arsenal categorial objetivando compreender a *particularidade histórica* da gênese, do desenvolvimento e das crises do capitalismo dependente, buscamos apoio nos autores Rui Mauro Marini, Florestan Fernandes e Caio Prado. Marini desenvolveu a teoria da superexploração capitalista que é típica da

² A LER é a sigla de Lesão por Esforço Repetitivo; DORT é a sigla de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho.

objetivação do capitalismo na América Latina, assim nega as homogeneizações categoriais das contradições do capitalismo central com o que ocorre na América Latina, em especial no Brasil.

Para explicar a superexploração do trabalho é preciso expor a lei do valor-trabalho e a lei geral da acumulação capitalista como uma construção histórica. O capitalismo competitivo (1789 – 1890) é diferente da era clássica do Imperialismo (1890-1945), assim como a primeira fase Imperialista diferencia da segunda fase (1945-1970). Deste modo, deve-se levar em consideração a atual conjuntura da sociedade capitalista que emana das mudanças significativas e consolidadas no mundo do trabalho, entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando acelerou o processo de crise estrutural do capital.

O processo imperialista sempre utilizou a periferia para acentuar a superexploração do trabalho, mas agora a superexploração está presente em toda a “nova” configuração mundial da produção.³ Pautados sob modelos produtivos competitivos, verifica-se que os frigoríficos brasileiros estão conquistando o mercado mundial de produção de produtos alimentícios industrializados – tanto na área de enlatados, como *in natura*. Em nossa concepção, o processo de superexploração é o centro da vultosa acumulação que se acentua com os modelos sofisticados de captura da subjetividade operária, permitindo mais ganho de competitividade, pois nesse ramo da produção, não há condições de se realizar uma completa automação ou terceirização da força de trabalho e, portanto, a intensificação/superexploração do trabalho é o caminho para assegurar os níveis de extração do valor e consequente competitividade no mercado globalizado.

1 - Saúde do trabalhador e capitalismo

O capitalismo em sua formação necessitou intensamente da superexploração da classe trabalhadora, foi regra jornadas de trabalho que rompia largamente com as condições físicas que o ser humano poderia suportar. Ocorriam casos em que os trabalhadores (sobretudo irlandeses e ingleses) trabalham diariamente quatorze, quinze, dezesseis ou até dezoito horas. Os economistas políticos clássicos (Smith e Ricardo) afirmavam que este mal era as dores do

³ Valencia (2009) assevera que a categoria de superexploração do trabalho está sendo perceptível na Europa em decorrência do processo de flexibilização do trabalho, típico do modelo de produção Toyotista e do fim do Estado de Bem-Estar-Social.

parto da nova sociedade que estava emergindo e ao consolidar a nova ordem social (sociedade burguesa) esse mal logo passaria. Contudo, o desenrolar da história nos mostrou a antinomia entre a lógica da acumulação capitalista e a depreciação da força de trabalho, ou seja, o trabalhador é rebaixado a condição de mercadoria. Mercadoria especial que é a única capaz de proporcionar a ampliação do capital. O capital não tem a menor consideração com a saúde e com a vida dos trabalhadores, a não ser quando a própria classe trabalhadora o compele a respeitá-la. Em relação às reivindicações da classe trabalhadora sobre a degradação física, moral, mental, quando não levada a morte prematura, pela a completa exaustão, os capitalistas respondem: “Por que nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro!” (MARX, 2008, p.293-294).

A produção capitalista e a saúde da classe trabalhadora é uma questão inconciliável dentro dos limites da sociedade burguesa desenvolvida. Vários autores clássicos descrevem as condições insalubres e degradantes que os trabalhadores eram submetidos no início do século XIX, dentre eles podemos destacar as obras de Thompson e Engels. Marx, ao longo da sua obra, afirma a completa desumanização dos trabalhadores, por exemplo, os ferroviários são obrigados a trabalharem mais de 14 horas diárias, essa jornada exaustiva de trabalho poderia aumentar no pico da produção, nas ferrovias, tanto no escoamento da produção quanto em épocas de turismo (MARX, 2008, p. 293).

O desenvolvimento das forças produtivas, em muitos casos, resulta no adoecimento dos trabalhadores. O final do século XX e início do século XXI têm características peculiares: as doenças mentais, ou disfunções no sistema nervoso, o *stress*, são os maiores vilões que atingem grande número de trabalhadores. Isto não leva somente à loucura, ao afastamento do trabalho etc., mas também leva a morte de muitos trabalhadores.

Essa contradição entre lucro capitalista e integridade física dos trabalhadores se manifesta com grande intensidade nos frigoríficos, seja pela intensificação do trabalho vivo, seja pela elevação da composição orgânica do capital. Os frigoríficos brasileiros obtiveram ganhos de produção de forma estrondosa e como conseqüência o segundo lugar no *ranking* das exportações brasileiras em 2006 com a venda de carne bovina, de frangos e de suínos, alcançando a cifra dos US\$ 8,6 bilhões, um aumento de 5,5% em relação a 2005.

A nova organização do mercado mundial não afetou somente os consumidores e as empresas, acima de tudo atingiu o ritmo de trabalho. Ao observar as tendências na atividade dos frigoríficos, percebemos o intenso processo de adoecimento dos trabalhadores. A

desumanização da nova divisão do trabalho vem provocando inúmeros reflexos nas condições de saúde, trabalho, qualidade de vida e organização política.

A degradação física e moral dos trabalhadores em frigoríficos é identificada na pesquisa de Geórgia Sobreira dos Santos Cêa e Neide Teimi Murofuse. A pesquisa remete a incidência de doenças laborais nos trabalhadores da Sadia na região oeste e sul do Paraná.

Em documento oficial do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2000) indica-se que a cronicidade e a irreversibilidade de grande parte dos casos de LER em várias partes do mundo, aliadas aos imensos contingentes de trabalhadores de diversos setores acometidos por várias doenças, imprimem um caráter epidêmico as várias partes do mundo, aliadas aos imensos contingentes de trabalhadores de diversos setores acometidos por várias doenças, imprimem um caráter epidêmicos às LER. No Brasil as LER “respondem por 70% das doenças relacionadas ao trabalho, sendo quatro os setores críticos na ocorrência de doenças osteomusculares: *frigoríficos*, supermercados, indústrias de calçados e telemarketing” (CEA; MUROFUSE, 2008, p.424, grifos nossos).

Os trabalhadores que *vivem da venda de sua força de trabalho* não gozam do incremento das forças produtivas, e por isso mantêm altos índices de doenças em decorrência do trabalho. Essa contradição é perceptível nas indústrias frigoríficas, independente se abate carne bovina, suína, aves, ou qualquer outro animal como na industrialização do pescado. Em empresas ligadas a outros ramos do agronegócio, como no caso do setor sucroalcooleiro, a situação é mais dramática, por ocorrer morte súbita nos canaviais.

Em relação a produção teórica sobre as doenças do trabalho, podemos classificar duas vertentes apologéticas que procuram compreender a questão: a) a primeira que penaliza o trabalhador, ou seja, o trabalhador é culpado pelo seu adoecimento devido a falta de destreza para determinado trabalho, ou é negligente no trabalho; b) a segunda que procura adequar o trabalhador aos ramos produtivos para sofrer menos impactos com a produção. Ambas, na maioria dos casos, não discutem as determinações das condições de trabalho na sociedade capitalista, desconsideram a teoria do valor-trabalho e a maneiras perversas da acumulação capitalista ao analisarem a saúde do trabalhador.

2 – A superexploração da força de trabalho e a particularidade do capitalismo na América Latina.

A formação econômica do continente latino-americano não é derivada do feudalismo. Ao falar do desenvolvimento capitalista queremos demonstrar, mesmo sumariamente, algumas particularidades do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil .

Muitos teóricos buscaram interpretar a particularidade histórica do Brasil e da América Latina através de pesquisas que não seguissem os modelos de desenvolvimento do capitalismo clássico. O primeiro a buscar um pensamento autêntico foi Caio Prado Junior, que introduziu na interpretação do Brasil o materialismo dialético. Nesta esteira, outros desenvolveram pesquisas, destacando-se dois em nossa análise: a) Florestan Fernandes (1975), o qual fez uma análise da formação das classes no Brasil, bem como desvelou o caráter autocrático da burguesia brasileira; b) Rui Mauro Marini (1972) que ofereceu elementos para compreender como a lei geral da acumulação capitalista e suas amarras referendam o “atraso do Brasil e da América Latina”.

O capitalismo no Brasil formou-se voltado para atender a demanda do mercado europeu de produtos agrícolas tropicais. Em decorrência desse processo houve atrofiamento no incremento das forças produtivas e atraso no desenvolvimento de relações de produção desenvolvidas. O processo de extração de excedente, o lucro médio, ficava nos agentes europeus e não em solo brasileiro. A pecuária é outro dilema que atravessa nossa análise, visto que até o século XX foi renegada como atividade secundária na economia brasileira, e seu processo de industrialização foi realizado através do imperialismo (PRADO, 1994, p. 340).

A gênese da objetivação da lógica do capital no Brasil tem uma particularidade, a imanência do setor agro-exportador, que em linhas gerais se baseou em grandes concentrações de terras, dominação patrimonialista, baseada no patrimônio e no patriarcado, com a utilização do trabalho escravo, e uma economia extremamente mercantil buscando atender o mercado externo de produtos agropecuários. Outra característica, a manutenção de grande concentração de terras, agora sob o domínio dos grandes capitais. Na continuidade dessa particularidade histórica, o agronegócio mantém e acentua a superexploração do trabalho.

Há muitas interpretações acerca da formação econômica brasileira e seu processo de industrialização, entre elas alguns consensos: 1º) nunca o Brasil fora um país feudal; 2º) a colonização de boa parte dos EUA se difere de toda América Latina (e sul dos Estados Unidos). Portanto, nossa formação histórica é diversa dos países que percorreram a via clássica⁴, ou a via prussiana⁵. A industrialização do Brasil é totalmente dependente das empresas imperialistas.

⁴ Entendemos como via clássica o modelo de formação capitalista que as nações, como Inglaterra, França e Estados Unidos romperam com o passado via revoluções e os agentes econômicos, ocupando os espaços de produção, onde formou-se uma economia autônoma e possibilitou uma industrialização autônoma.

Para que o capital se reproduzisse de forma ampliada na América Latina, uma parte dessa mais-valia produzida aqui é transferida para o centro e a outra parte fica nos países dependentes como lucro médio para os donos dos meios de produção e para a formação do fundo público. Para conseguir manter essa taxa de excedente, as burguesias latino-americanas lançam modelos mais perversos para extração de mais-valia. A particularidade da América Latina tem sido o aumento da mais-valia não pela recomposição orgânica do capital ou pela maior produtividade do trabalho. De acordo com Marini:

[...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o *baixo nível de desenvolvimento de forças produtivas* na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. [...] Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo *fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2009, p. 156).

Esse modo de extração de mais-valia extraordinária (em relação aos países centrais) atua numa contra tendência da queda da taxa de lucro e em alguns casos da diminuição da massa de mais-valia. Indica que a regiões de superexploração, dentre elas podemos destacar o Brasil, atuam como um mecanismo de contra tendência em relação a crise estrutural do capital. As indústrias que estão no circuito do capitalismo dependente produzem com base em uma composição orgânica do capital em que o peso do capital constante é menor que o capital variável, em relação os países *imperialistas*. Ocorre uma drenagem do trabalho excedente, deste transfere um *quantum* maior de mais-valia para o mercado mundial, atuando na contra tendência da queda da taxa de lucro. Visto que a extração da mais-valia se dá mais pela exploração do trabalho que pelo incremento tecnológico. O resultado dessa particularidade é a exploração mais abrupta, por isso acentua a tendência de exaurimento da força de trabalho. A

⁵ Compreendemos como via prussiana os modelos de industrialização onde tem a participação do Estado, ora incentivando, ora protegendo a nascente indústria nacional, entretanto, não ocorreu processo revolucionário, por isso a ala conservadora (reatualização de agentes oriundo do antigo regime) permanece como figura importante na sociedade. Na Alemanha, a figura dos proprietários de terras era perceptível até o começo do século XX.

substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado foi vantajosa, pois o último pode ser superexplorado e o seu valor é pago abaixo do valor da força de trabalho. O trabalho assalariado na América Latina foi acoplado em locais vinculados ao mercado exterior, em princípio na produção de matérias primas e agora em empresas que necessitam de uso intensivo de trabalho.

Na medida em que se desenvolveram as forças produtivas no centro do capital, a classe trabalhadora, através do processo de se constituir enquanto classe-para-si, obteve ganhos significativos oriundo deste desenvolvimento, por exemplo, melhoria nas condições de vida, com ganhos significativos em políticas sociais. No Brasil, essa tendência de “melhoria” das condições de vida da classe trabalhadora, através do desenvolvimento das forças produtivas, foi muito residual.

O baixo nível tecnológico das forças produtivas fazia os produtos basearem-se, em grande relevância, nos salários. O excesso de força de trabalho (superpopulação relativa latente), em decorrência da liberalização dos trabalhadores do setor agroexportador em crise, pressionou os salários para baixo, remunerando o trabalhador abaixo do valor.

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americano é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, *depreciar a força de trabalho*, e o leva, *inversamente*, a buscar o aumento da mais-valia por meio da *maior exploração* – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução dos salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadoria e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça às custas da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (MARINI, 2009, p. 172).

Aqui se evidencia um ponto central na tese de Marini: a mais-valia relativa opera inversamente na diminuição do valor da força de trabalho. Nos países centrais paga-se pelo valor da força de trabalho, desta forma, tem que diminuir o valor dos produtos de consumo direto da classe trabalhadora para obter uma mais-valia relativa. Na América Latina, não se busca aumentar a produtividade com esse intuito, pois o trabalhador recebe abaixo do valor da força de trabalho.

Com o surgimento da indústria na América Latina não exauriu a subordinação ao capital exterior, pelo contrário, aprofundou sua relação de dependência. O ponto central dessa

nova subordinação é que os países engolfados no capitalismo dependente necessitavam do maquinário e financiamento do capital externo para expandir seus negócios. Desta forma, para sair do processo de dependência é exigido que aumente a produção, para aumentar a produção deve aumentar o vínculo com o imperialismo.

A superexploração do trabalho é um fator inerente ao capitalismo periférico e desta forma está preso a esse ciclo. Isto leva uma acumulação de capital no Brasil que tende a ser mais selvagem que na formação clássica e ou de via prussiana, incidindo diretamente no trabalhador, com isso, a luta de classes tem um peso decisivo.

Segundo Marini:

O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é o que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade choca-se com a possibilidade de estender a jornada de trabalho e pressiona para reduzi-la. Inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada. O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea de produtividade e de intensidade de trabalho não se tenham traduzido desde varias décadas na redução da jornada não invalida o que se disse. Apenas revela a incapacidade da classe operaria para defender seus legítimos interesses, e se *traduz no esgotamento prematuro da força de trabalho expresso na redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como em transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga*. Na mesma linha de raciocínio, as limitações sugeridas nos países dependentes para estender ao máximo a jornada de trabalho têm obrigado o capital a recorrer ao aumento da produtividade e intensidade de trabalho, com os efeitos conhecidos no grau de conservação e desenvolvimento desta (MARINI, 2009, p. 192).

O capitalismo periférico do Brasil tende a ser mais selvagem, contudo, os modelos de produção não excluem as inovações flexíveis, formando um verdadeiro sincretismo de superexploração com modelos arcaicos e com nível de complexidade concatenada aos modernos modelos de organização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. Centro de Defesa das Representações Operárias: **Manual de Defesa das Cipas**, CEDRO, São Paulo, 1988.

Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac). Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>> Acesso em: ago. 2009.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1985.

Como resultado destas novas técnicas [...]. **Ações apontam más condições de trabalho em frigoríficos**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

FERNANDES F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Mundo do trabalho**: novos estudos sobre a classe operária. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988.

LARA, Ricardo. O Trabalho Invisível em Franca-SP. In: CANÔAS, José Walter. (Org.). **Na pegada do sapateiro**: 65 anos do STIC, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçado. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2007.

LENIN. W. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LUKÁCS, György. **Conversando com Lukács**, São Paulo: Terra e Paz, 1969.

MARINI, Rui M. Dialética da Dependência. In: **Rui Mauro Marini vida e obra**, Traspadini R. Stedile J. P. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. 3. t. 6.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. L. 1. v. 1. t. 2.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. L. 1. v. 1. t. 1.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: **Sobre a Saúde do Trabalhador**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=30426&janela=1> Acesso em: 22 ago. 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A história Econômica do Brasil**. São Paulo: Vozes, 1994. Ranking das exportações brasileiras em 2006, com a venda de carne bovina. In: **Ações apontam más condições de trabalho em frigoríficos**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>> Acesso em: ago. 2009.

REMIJO, Alcides. **As condições de Trabalho nos Frigoríficos de Barretos**: Trabalho para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social entregue na Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” Unesp-Franca, 2009.

_____. O silêncio da Dort: uma análise do trabalho dos faqueiros de carnes de Barretos. *In*: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 7. **Anais...** Marília: Ed. Unesp, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alcides_Pontes_Remijo_O_Silencio_da_Dort.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.